



REVISTA
Casa da
GEOGRAFIA
de Sobral
ISSN 2316-8056



PLANEJAMENTO E GESTÃO URBANA PARA OS 99%: UMA APROXIMAÇÃO ENTRE AS TEORIAS FEMINISTAS E O CAMPO DO URBANISMO

**Urban planning and management for the 99%:
An approach between feminist theories and the field of urbanism**

**Planificación y gestión urbana para el 99%:
Una aproximación entre las teorías feministas y el campo del urbanismo**

**Planification et gestion urbaine pour les 99%:
Un rapprochement entre les théories féministes et le champ de l'urbanisme**

<https://doi.org/10.35701/rcgs.v22n2.676>

Vanessa Alves Cordeiro¹

Raimundo Jucier Sousa de Assis²

Histórico do Artigo:
Recebido em 16 de Abril de 2020
Aceito em 02 de Julho de 2020
Publicado em 05 de Setembro de 2020

RESUMO

Este artigo foi originado pela seguinte provocação: como o planejamento urbano e a gestão das cidades impactam o desempenho do trabalho de cuidado? A pesquisa teve por objetivo investigar, na literatura publicada e com dados secundários, os processos ocultos na divisão sexual do trabalho reprodutivo e de cuidado, bem como, discutir a vinculação destes com o planejamento urbano e a gestão das cidades no século XXI. Apresenta ainda uma breve análise sobre a interseccionalidade imbricada nestas relações associando gênero, raça e classe. A intersecção destas categorias é imprescindível para a compreensão de como as pessoas que exercem os trabalhos de cuidado e a condição das mulheres urbanas, de forma remuneradas ou não, são afetadas pela lógica de pensar cidade. Para investigar estes processos a pesquisa utilizou-se de uma bibliografia embasada na teoria feminista e teve como centralidade o livro *Feminismo para os 99%: um manifesto*, texto que nos ajuda

¹ Urbanista e arquiteta especialista em Planejamento Urbano e Gestão Socioambiental das Cidades pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), mestranda no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Email: vanessaacordeiro@gmail.com

² Doutor em Geografia Humana, professor do curso de graduação em Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Piauí (CCGEO/PPGCP/UFPI). Email: raimundojucier@yahoo.com.br

a sublinhar a necessidade, para o exercício de um urbanismo verdadeiramente feminista, de um planejamento urbano e gestão das cidades voltados para as necessidades da maioria social. A discussão foi feita à luz de dados estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, do Instituto de Pesquisa econômica Aplicada - IPEA e do Observatório de Igualdade de Gênero da América Latina e do Caribe - OIG.

Palavras-chave: urbanismo feminista; planejamento sensível a gênero; trabalho de cuidado.

ABSTRACT

This article was prompted by the following provocation: how do city planning and management impact the performance of care work? The research aimed to investigate in the published literature and secondary data, the processes hidden in the sexual division of reproductive and care work, as well as to discuss the link between these and the social-environmental planning and management of cities. It also presents a brief analysis on the intersectionality intertwined in these relationships associating gender, race and class. The intersection of these categories is essential for understanding how people who perform care work, whether paid or not, are affected by the city. To investigate these issues, the research used a bibliography based on feminist theory and focused on the book *Feminism for the 99%*: a manifesto, a text that helps us to underline the need, for the exercise of a truly feminist urbanism, for urban planning and management geared towards the needs of the social majority. The discussion took place in the light of statistical data from the Brazilian Institute of Geography and Statistics - IBGE, the Institute for Applied Economic Research - IPEA and the Gender Equality Observatory for Latin America and the Caribbean - OIG.

Key words: feminist urbanism; gender-sensitive planning; care work.

RESUMEN

Este artículo fue impulsado por la siguiente provocación: ¿cómo impactan la planificación urbana y la gestión de la ciudad en el desempeño del trabajo de cuidado? La investigación tuvo como objetivo revisar en la literatura publicada los procesos ocultos en la división sexual del trabajo reproductivo y de cuidado, así como discutir el vínculo entre estos y la planificación y gestión socioambiental de las ciudades. También presenta un breve análisis de la interseccionalidad entrelazada en estas relaciones que asocian género, raza y clase. La intersección de estas categorías es esencial para comprender cómo las personas que realizan trabajos de cuidado, ya sean remuneradas o no, se ven afectadas por la ciudad. Para investigar estos temas, la investigación utilizó una bibliografía basada en la teoría feminista y se centró en el libro *Feminismo para el 99%*: un manifiesto, un texto que nos ayuda a subrayar la necesidad, para el ejercicio de un urbanismo verdaderamente feminista, para planificación y gestión urbana orientada a las necesidades de la mayoría social. La discusión tuvo lugar a la luz de los datos estadísticos del Instituto Brasileño de Geografía y Estadística - IBGE, el Instituto de Investigación Económica Aplicada - IPEA y el Observatorio de Igualdad de Género para América Latina y el Caribe - OIG.

Palabras clave: urbanismo feminista; planificación sensible al género; trabajo de cuidado.

RÉSUMÉ

Cet article a été suscité par la provocation suivante : comment la planification urbaine et la gestion des villes influencent-elles la performance du travail de soin ? La recherche vise à enquêter, à partir de la littérature publiée et des données secondaires, sur les processus occultés dans la division sexuelle du travail de reproduction et des soins, ainsi que discuter de leur lien avec la planification urbaine et la gestion des villes au XXI^{ème} siècle. Elle présente aussi une brève analyse de l'intersectionnalité imbriquée dans ces relations en associant le genre, la race et la classe. Le croisement de ces catégories est indispensable à la compréhension de comment les gens qui effectuent le travail de soin et la condition des femmes citadines, de façon rémunérée ou gratuite, sont concernés par la logique de penser la ville. Pour enquêter sur ces processus, la recherche a utilisé une bibliographie façonnée dans la théorie féministe, dont a la place centrale le livre *Féminisme pour les 99% : un manifeste*, un texte qui nous aide à souligner la nécessité, pour l'exercice d'un urbanisme véritablement féministe, d'une planification urbaine et d'une gestion des villes centrées sur les nécessités de la majorité sociale. La discussion a été prise à la lumière des données statistiques de l'Institut Brésilien de Géographie et Statistique - IBGE, de l'Institut de recherche économique appliquée - IPEA et de l'Observatoire de l'égalité de genre de l'Amérique latine et des Caraïbes - OIG.

Mots-clés: urbanisme féministe; planification sensible au genre; travail de soin.

INTRODUÇÃO

“Eso que llaman amor, es trabajo no pago”. A frase, que viralizou nas redes sociais e tomou as ruas de Buenos Aires pelas mãos da artista Ailen Possamay, foi uma tradução livre das palavras de Silvia Federici e introduz bem sua problematização a respeito do impacto da divisão sexual do trabalho de reprodução social na vida das mulheres. A noção de reprodução social renasceu na última década, reascendendo a discussão a partir de uma perspectiva de gênero e da análise de outras categorias sociais que a intersectam.

Figura 1: Paineis de Ailen Possamay em Buenos Aires, tradução da frase de Silvia Federici.



Fonte: Perfil da artista @possa_alp no Instagram.

Mesmo tendo amplo impacto fora da esfera doméstica, o trabalho reprodutivo permanece subjugado (ARRUZZA, 2017). Ao redor do mundo, mulheres ainda executam a maior parte do trabalho doméstico recebendo pouco ou nada por isso. Graças aos cortes nos serviços sociais e à descentralização da produção industrial a quantidade de trabalho doméstico que as mulheres realizam, pago ou não, aumentou (FEDERICI, 2019). Identificar esses vínculos é essencial para adicionar camadas à politização de um urbanismo que visa a produção de uma cidade cuidadora, focada nas necessidades da maioria social.

Este artigo pretende entender teoricamente como o trabalho de reprodução social que se desenvolve no espaço urbano, especialmente sobre o cuidado com a infância, é compreendido a partir de uma perspectiva de gênero. Em outras palavras, a pesquisa tem por objetivo investigar na literatura publicada os processos ocultos na divisão sexual do trabalho reprodutivo e de cuidado, bem como

discutir a relação desses temas com o planejamento e a gestão socioambiental das cidades. Em termos específicos, busca-se demonstrar como o trabalho reprodutivo se relaciona com a categoria de cuidado; evidencia-se, a partir de dados estatísticos, como a problemática da reprodução e da divisão sexual do trabalho se expressa na realidade brasileira e de outras experiências locais; relaciona-se a questão feminista como tema interseccional, sendo permeada pelas diferenças de gênero, raça, sexualidade e nacionalidade; e apresenta-se como o planejamento urbano e a gestão das cidades precisam ser elencados como temas feministas.

Para realizar tal ensejo, a presente pesquisa foi orientada pela leitura do livro *Calibã e a bruxa*, de Silvia Federici, e a partir do exame de sua bibliografia e da investigação de outras pesquisadoras, assim como ela, marxistas autônomas, foram agregadas outras obras confluentes. Procedeu-se, primeiramente, um levantamento bibliográfico sobre a teoria da reprodução social e sua divisão sexual destacando o trabalho de cuidado e a crise na qual este se encontra. Foi produzida também uma breve análise sobre a interseccionalidade imbricada nas relações de cuidado, associando outras categorias como raça e classe. E, por fim, explorou-se o tema do cuidado com a infância dentro do planejamento urbano feminista buscando apurar a responsabilidade de planejadores e gestores da cidade.

Além desses processos guiados pelas autoras supracitadas, foram realizadas pesquisas em plataformas acadêmicas, sendo os descritores utilizados para as buscas, o urbanismo feminista; gênero e planejamento; urbanismo com perspectiva de gênero; planejamento sensível a gênero; políticas de cuidado; trabalho de cuidado. A ferramenta de busca foi o *google* acadêmico, escolhido por comportar revistas e outros achados como, por exemplo, anais de congressos. Os resultados foram filtrados por relevância e coerência com o nosso caminho investigativo, tendo como “achados” utilizados neste trabalho oito livros, nove artigos e uma entrevista que serão discutidos por meio dos tópicos a seguir à luz de dados estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, do Instituto de Pesquisa econômica Aplicada - IPEA e do Observatório de Igualdade de Gênero da América Latina e do Caribe - OIG.

Em suma, a partir dos trabalhos intelectuais de Arruzza, Bhattacharya e Fraser, em seu livro *Feminismo para os 99%: um manifesto*, nosso interesse incide também em se definir com as precondições de um feminismo anticapitalista apontando a interdependência entre este e outros movimentos sociais e reforçando a impossibilidade de uma libertação feminina desvinculada da luta por uma vida digna para a maioria da sociedade urbana. Deste modo, um urbanismo feminista comprometido com a transformação social precisa ampliar seu olhar para além das demandas convencionadas como “questões de gênero” (FRASER, 2019).

Reprodução social e a crise do trabalho do cuidado

Federici (2019) afirma que o produto mais precioso que existe no mercado capitalista é a força de trabalho, uma vez que, em cada um dos estágios do desenvolvimento capitalista, a sua disponibilidade, estável e disciplinada, é uma condição essencial da produção. O trabalho de reprodução social refere-se à reprodução da força de trabalho, isto é, não só reproduzindo a vida no sentido biológico, mas criando e mantendo nossa capacidade de trabalhar (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019).

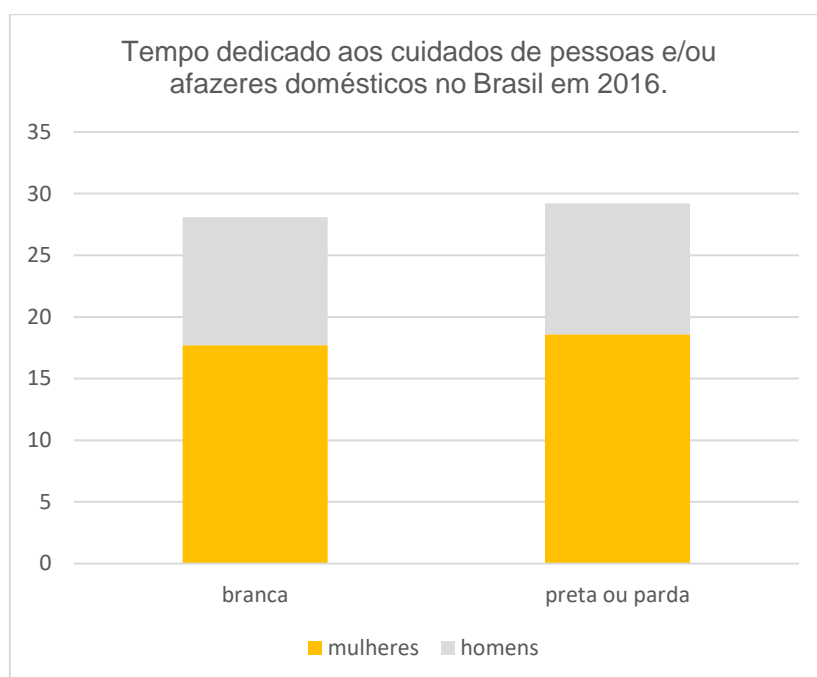
Em resumo, só se obtém lucro no sistema capitalista através do trabalho assalariado e o trabalho assalariado só resiste através do trabalho não assalariado de reprodução da vida. Federici (2017) demonstra que a reprodução social foi convertida em um “trabalho de mulheres” e mistificada como um “recurso natural” que poderia ser explorado infinitamente como bem comum tanto pelos homens como pelo capital. Por conseguinte, o primeiro efeito do desenvolvimento do capitalismo sobre a vida das mulheres foi a feminização da pobreza, que se difundiu com a globalização.

A noção de reprodução social renasceu na última década, reacendendo a discussão a partir de uma perspectiva de gênero (ARRUZZA, 2017). Bhattacharya (2019) destaca que apesar de serem constitutivos do mesmo sistema, o trabalho de produção e reprodução são distinguidos entre trabalhos valorosos e trabalhos sem valor, pago e não pago. O capital ocultou o trabalho reprodutivo ao negar a ele um salário e transformá-lo em um ato de amor. Com isso, à custa das mulheres, usufrui de uma enorme quantidade de trabalho quase gratuito e estabelece uma demanda cultural para que as próprias mulheres procurem se ocupar dele (Federici, 2019).

Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2019) corroboram que a reprodução foi feminizada e sentimentalizada, tendo sido relegada à família e definida como amor em oposição ao dinheiro. As autoras constatarem que a subordinação da reprodução social à produção é uma base na qual está enraizada a opressão de gênero nas sociedades capitalistas, hipótese bem sintetizada na icônica frase de Federici: “eles dizem que é amor, nós dizemos que é trabalho não remunerado” (ibidem, p.40, 2019).

Os dados do IBGE (2018), referentes ao ano de 2016, apresentam uma média de horas semanais dedicadas aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos no Brasil, que seria de 18,1 horas semanais entre mulheres e 10,5 horas semanais entre homens. No Nordeste brasileiro, os números chegariam a 19 horas semanais para mulheres enquanto os homens permaneceriam na média nacional de 10,5 horas semanais. Mesmo que estes números possam ser contestados, já que parecem, à primeira vista, sub representativos, são importantes pois, atualmente, são os únicos disponíveis para demonstrar a divisão sexual e racial do trabalho de cuidado.

Figura 2: Horas semanais dedicadas aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos em 2016.

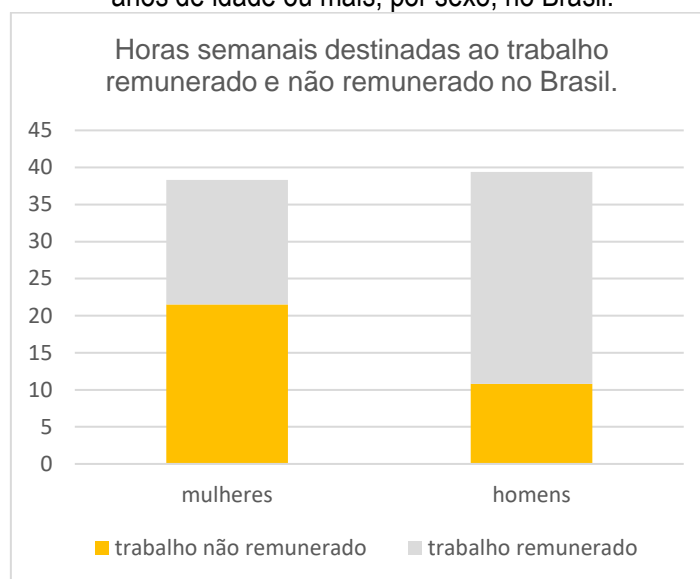


Fonte: Gráfico produzido pela autora a partir dos dados divulgados pelo IBGE, 2018.

O OIG traz números que endossam esta diferença entre a valoração do trabalho produtivo e o trabalho reprodutivo. Em pesquisa sobre o tempo total de trabalho no Brasil, o observatório informou que, em 2017, enquanto mulheres exerciam em média 16,8 horas de trabalho remunerado durante a semana e 21,5 horas de trabalho não remunerado, os homens exerciam 28,6 horas de trabalho remunerado e 10,8 horas de trabalho não remunerado (CEPAL, 2019).

Uma discrepância ilustrativa da sobrecarga de horas de trabalho das mulheres que atua como uma barreira tanto para o acesso a recursos econômicos quanto para uma maior autonomia no uso do tempo. Em contrapartida, o rendimento habitual médio mensal das mulheres brasileiras em 2016 era de R\$ 1.764, enquanto o dos homens de R\$ 2.306.

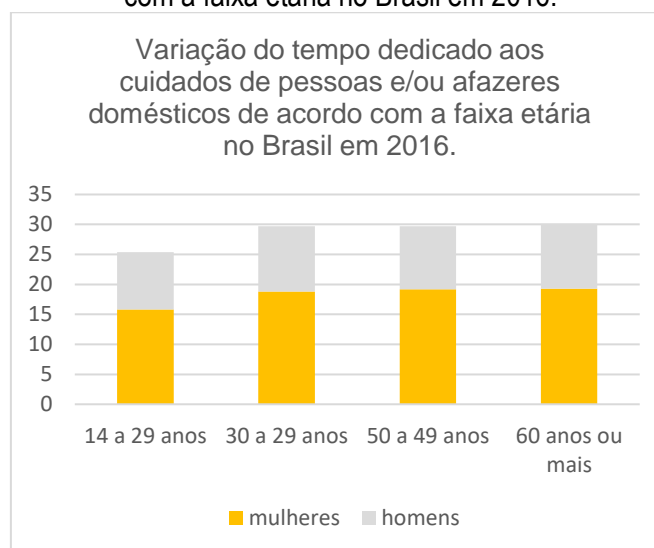
Figura 3: Tempo médio destinado ao trabalho remunerado e não remunerado da população de 15 anos de idade ou mais, por sexo, no Brasil.



Fonte: Gráfico produzido pela autora a partir dos dados divulgados pelo Observatório de Igualdade de Gênero da América Latina e do Caribe - CEPAL, 2019.

Em se tratando de mulheres pretas ou pardas há um acréscimo de quase uma hora de trabalho reprodutivo por semana. Enquanto mulheres brancas dedicariam 17,7 horas semanais aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos no Brasil, mulheres pretas ou pardas dedicariam 18,6 horas. Entre os homens, a diferença na decomposição dos dados por cor ou raça não é significativa. Homens brancos afirmam dedicar 10,4 horas semanais enquanto homens pretos ou pardos afirmam dedicar 10,6 horas semanais (IBGE, 2018).

Figura 4: Variação do tempo dedicado aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos de acordo com a faixa etária no Brasil em 2016.



Fonte: Gráfico produzido pela autora a partir dos dados divulgados pelo IBGE, 2018.

Na desagregação dos dados por idade, no entanto, as mulheres têm uma variação crescente de horas culminando em 19,3 horas semanais a partir dos 60 anos, diferentemente dos homens que mantêm uma média regular atingindo o máximo de 10,8 horas (IBGE, 2018). Estes dados podem demonstrar que fora da idade de maior produtividade no mercado de trabalho remunerado as mulheres tendem a gastar mais tempo com trabalho reprodutivo, provavelmente como forma de dar suporte aos membros da família que exercem trabalhos remunerados.

Diante disso, a categoria analítica central deste artigo é o cuidado, compreendido por Marcondes (2012) como um desdobramento específico do trabalho reprodutivo. Ainda que estejam relacionados é possível encontrar diferenças entre eles. Assim, trabalho reprodutivo é tudo aquilo que cria as condições indispensáveis para a reprodução da força de trabalho, já os trabalhos de cuidado seriam aqueles diretamente voltados às pessoas, como cuidado com crianças, pessoas idosas, pessoas com deficiência etc. (MARCONDES, 2012).

Federici (2019) aponta uma grande incoerência na lógica de valorização do trabalho de cuidado na qual este é reconhecido como trabalho apenas quando se trata dos filhos de outras pessoas. Ela exemplifica esta constatação expondo o modelo dos programas de assistência social dos Estados Unidos nos anos 1970 que pagavam mais para as mulheres quem abrigassem crianças do sistema adotivo do que para as mães beneficiárias da assistência social, ao mesmo tempo que criava programas de geração de “trabalho” para essas mães.

Contudo, Federici (2019) problematiza o conceito de “trabalho de cuidado” considerando-o, em certa medida, redutor. A autora coloca que o termo foi popularizado entre os anos 1980 e 1990 com o surgimento de uma nova divisão dentro do trabalho reprodutivo, diferenciando os aspectos físicos e emocionais. No entanto, essa distinção seria insustentável, posto que o caráter holístico de várias das tarefas envolvidas na reprodução dos seres humanos seria o que o diferencia da produção de mercadorias, logo, não seria possível desconsiderar a resposta “afetiva” dos idosos ou crianças cuidadas.

Todavia, feita esta consideração, será utilizado o termo “trabalho de cuidado” neste artigo para diferenciar as atividades de cunho reprodutivo referentes ao cuidado direto de pessoas, usando a acepção de Marcondes (2012), apresentada anteriormente. Essa escolha se deve ao recorte temático que visa lançar luz principalmente sobre as condições indispensáveis para a criação e manutenção da vida de bebês e crianças.

Sobre o trabalho de cuidado, Virreira (2011) avalia que estamos diante de uma mudança de paradigma causada pela desproporção entre a demanda social de cuidado e os recursos humanos disponíveis. Segundo a pesquisadora, este fenômeno seria fruto do desenvolvimento demográfico e do processo de emancipação das mulheres. Aguirre (2007), no entanto, alega que a redução das atribuições

do Estado em relação à provisão do bem-estar social, também é parte substancial da combinação que tem gerado a crise na demanda social de cuidado, teoria reforçada por Marcondes (2012).

Para a autora, a diminuição da provisão estatal é fruto da implementação de uma agenda de reformas neoliberais, a partir das quais o Estado tem delegado as práticas sociais do cuidado à conciliação entre mercado e família (MARCONDES, 2012; FEDERICI, 2019). Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2019) fortalecem o argumento e apontam que vivemos atualmente uma crise não apenas do trabalho de cuidado, mas, concomitantemente, uma crise da ecologia, da política e do setor financeiro, uma crise da sociedade como um todo, a qual a causa originária seria o capitalismo.

A respeito dessa desproporção entre os salários, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) sistematizou os dados do PNAD/IBGE chegando à renda domiciliar per capita média das famílias segundo gênero e cor ou raça dos respectivos provedores. Na média geral, nas famílias chefiadas por mulheres o valor era de R\$1.158,70 e de R\$1.283,30 nas chefiadas por homens (IPEA, 2015). Diferença que parece pouco significativa, porém na fragmentação dos dados por cor ou raça os números evidenciam este como um fator preponderante para a potencialização da vulnerabilidade econômica.

Em famílias chefiadas por mulheres brancas, a média sobe para R\$1.572,50, enquanto as chefiadas por homens brancos sobe para R\$1.688,80. Já a renda per capita média das chefiadas por mulheres negras desce para R\$831,30, e por homens negros para R\$942,50. Em 2015, o Nordeste era a região com os rendimentos per capita domiciliar mais baixos do país chegando a R\$668,40 em famílias chefiadas por mulheres negras, valor abaixo do salário mínimo estabelecido para aquele ano, R\$788,00 (BRASIL, 2014).

O cruzamento desses condicionantes demonstra que no Brasil as mulheres negras, especialmente no Nordeste, representam uma porcentagem considerável de chefes de família em condições de extrema vulnerabilidade social e econômica. Exatamente por isso considerou-se de extrema importância ressaltar a indissociabilidade do recorte de raça dentro dos estudos de um urbanismo feminista. Ambos os fatores são permeados ainda pelas diferenças de classe. Por isso a importância de discutir a interseccionalidade no âmbito da divisão do trabalho de reprodução social e do planejamento de gestão socioambiental das cidades.

Interseccionalidade como sensibilidade analítica

Nas sociedades capitalistas, o trabalho de reprodução social é ocultado e renegado. Visto que o capital visa o lucro como essência e finalidade supremas, evita pagar por esse trabalho, na medida do possível, relegando quem o realiza a uma posição de subordinação. Esta subordinação não se dá apenas em relação aos proprietários do capital, mas também em relação aos trabalhadores e trabalhadoras com

maior remuneração, que podem delegar o trabalho reprodutivo a outras pessoas, que são, majoritariamente, mulheres (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019).

A organização da reprodução social se encontra profundamente entrelaçada à dominação. Na verdade, depende da performance dos papéis de gênero e é, portanto, uma questão feminista e interseccional, sendo permeada, em todos os pontos, pelas diferenças de gênero, raça, sexualidade e nacionalidade (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019). As mulheres que realizam o trabalho de reprodução, mesmo quando pagas, são majoritariamente aquelas em condições de maior vulnerabilidade social e econômica. No Brasil, os dados anteriormente mencionados demonstram que a pobreza tem gênero, raça e endereço.

Já sobre a experiência histórica dos Estados Unidos, Davis (2016) descreve como as mulheres negras sofriam uma dura igualdade sexual no trabalho. Durante o período de escravidão, as mulheres negras eram equivalentes a seus companheiros e, após serem “libertas”, trabalharam arduamente nas fábricas, assim como eles, assumindo também a responsabilidade como provedoras da família. Não raramente, as trabalhadoras domésticas tiveram que negligenciar os cuidados para com seus próprios filhos enquanto eram contratadas para cuidar da casa e dos filhos de suas companheiras brancas (ibidem, 2016).

Ainda hoje, milhões de mulheres negras e imigrantes são empregadas como cuidadoras e trabalhadoras domésticas. Fala-se em cadeias globais de cuidado, uma divisão do trabalho que se aproveita do trabalho mal remunerado de migrantes, possibilitando uma “transferência” da opressão. O trabalho de cuidado é assim terceirizado de modo que as mulheres mais privilegiadas possuem mais tempo para perseguir carreiras de maior prestígio e se dedicar ao seu desenvolvimento pessoal (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019).

Em escala nacional, é possível traçar ainda um paralelo com a exploração do trabalho das mulheres migrantes advindas do Nordeste, especialmente no Sudeste brasileiro, criando um ciclo de opressão no qual mulheres privilegiadas subcontratam trabalhadoras nordestinas a uma baixa remuneração para realizar o trabalho doméstico e de cuidado. Deste modo, é preciso compreender a reprodução social e o trabalho de cuidado através das intersecções de todos esses eixos de dominação e pensar soluções que os ponderem.

Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2019) afirmam que nas sociedades capitalistas sempre existiu uma divisão racial do trabalho reprodutivo, seja por meio da escravidão e do colonialismo, seja pelo apartheid ou pelo neoimperialismo. A luta pela socialização do trabalho de reprodução social contém um dos segredos radicais da libertação feminina. De acordo com Davis (2016), as mulheres negras e todas

as suas irmãs da classe trabalhadora precisam, há muito tempo, ser aliviadas do fardo das tarefas domésticas e do cuidado com as crianças.

A história dos movimentos de mulheres e dos feminismos, também é marcada pelo racismo de forma mais ou menos “sutil”. As pautas prioritárias desses movimentos foram muitas vezes construídas com base nos problemas referentes à realidade de mulheres brancas de classe média. Como colocam Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2019), é preciso reconhecer a vergonhosa história do entrelaçamento entre feminismo e racismo, mas principalmente, é preciso estarmos determinadas a romper com ele.

Um planejamento e gestão socioambiental voltados para as especificidades de cada contexto urbano é essencial para estabelecer políticas urbanas realmente sensíveis não só a gênero como às diversidades sociais e materiais das mulheres latino americanas, brasileiras, nordestinas. Um urbanismo feminista precisa se atentar a esses condicionantes ou corre o risco de repetir a história e não avançar na luta por melhores condições de vida na cidade para todas mulheres.

Urbanismo feminista para os 99%

A dualidade entre a esfera pública e a privada é uma pauta recorrente no pensamento feminista. Essa dualidade habita uma compreensão restrita de política que cotidianamente despreza alguns temas e experiências classificando-os como privados, e como tal, não políticos. Desse modo, a compreensão de que o que se passa na esfera doméstica diz respeito somente aos indivíduos que a constituem serviu para dissociar a esfera pública e a privada negando o caráter político e conflitivo das relações de trabalho e familiares (BIROLI, 2014; ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019).

Por conseguinte, a visão do público e do privado como dimensões distintas da vida é uma ficção (MURILLO, 1996; BIROLI, 2014). Décadas de acúmulo do pensamento feminista demonstraram que é impossível isolar a vida pública da privada, visto que as implicações das estruturas de poder em um destes âmbitos são sempre sentidas no outro. Essa ideologia dicotômica acaba por estabelecer vastas áreas da vida social como campos fora dos limites do controle democrático, entregando-os à dominação corporativa direta (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019).

A domesticidade feminina foi elaborada como uma característica natural e, principalmente, um valor a partir do qual qualquer dissidência seria considerada um desvio. Para além do gênero, é importante pontuar que a “conquista” da esfera pública foi um marco apenas para mulheres brancas de classe média, anteriormente encasteladas nos espaços privados. As mulheres negras e trabalhadoras sempre ocuparam estes ambientes, como operárias da indústria têxtil, nos EUA, por exemplo, ou como ganhadeiras na América Latina e Caribe (DAVIS, 2016).

A filósofa feminista Nancy Fraser reconhece que, nas últimas décadas, gênero e sexualidade foram certamente os principais interesses dos movimentos feministas (FRASER, 2019, s.p.). No entanto, ressalta que:

essas questões não existem no vácuo e não podem ser abstraídas da matriz social mais ampla em que estão inseridas, o que também inclui outras grandes fissuras de injustiça social. Portanto, as feministas devem ampliar nossa agenda além do entendimento convencional de “questões de mulheres” [...] para incluir todo o espectro de questões que afetam as mulheres – e todos as outras pessoas.

Dito isto, a luta pela autonomia e libertação das mulheres prescinde da politização de tópicos significativos da esfera privada (BIROLI, 2014; DAVIS, 2016). São as mulheres que, ao redor do mundo, se recusam a separar os problemas ambientais, econômicos e políticos, dos relativos à reprodução social (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019). Dentro destes termos, é evidente que a responsabilidade pelo cuidado com a infância, assim como todas as atividades que a compõem, precisa ser tratada como luta política e atribuição coletiva.

Diversos aspectos da cidade impactam diretamente o cotidiano de mulheres cuidadoras de bebês e crianças e, no entanto, frequentemente, são sequer mencionados em planos nacionais, estaduais e municipais de políticas para mulheres. Questões como uso misto do solo, acessibilidade, mobilidade, segurança ambiental, distribuição de serviços e edifícios comunitários são alguns exemplos. A disputa pela cidade ainda não se tornou pauta costuma destes planos e quando há alguma alusão a ela, refere-se habitualmente, mesmo que não seja menos importante, apenas à violência urbana.

No entanto, existe uma tendência em voga do planejamento sensível a gênero/com perspectiva de gênero e este debate já foi, em parte, cooptado por instituições como o Banco Mundial e a ONU, há décadas conhecida por colonizar e suavizar os movimentos sociais mais radicais (FEDERICI, 2019). Por isso, é importante assumir um urbanismo expressamente feminista, precisamente, alinhado com um feminismo para a maioria social (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019).

Muxí Martínez et al. (2011) definem que espaços públicos de socialização pensados para a equidade de gênero devem favorecer a autonomia e a socialização de pessoas. Porém, no Brasil, o acesso à cultura e ao lazer gratuitos, até mesmo educação de qualidade em bairros menos valorizados é mais um desafio das cuidadoras na tentativa de proporcionar boas oportunidades e condições de vida justa e digna às crianças. Bibliotecas, parques, teatros, cinemas, eventos musicais e escolas com maior investimento público são muitas vezes localizados nos bairros mais privilegiados, inviabilizando o acesso a esses equipamentos, mesmo quando de uso gratuito.

Sobre a aproximação entre gênero e planejamento urbano, Santoro (2008) coloca que é preciso aprofundarmos o olhar em termos metodológicos e pensar, efetivamente, em um plano que vá além de

escrever diretrizes e princípios ou determinar onde serão locados equipamentos, mas, sobretudo, entender que mulheres e homens usam serviços urbanos, acessam ambientes e são impactados pela cidade de maneira diferente.

Indispensável também é compreender que não só homens e mulheres usam a cidade de maneira diferente. Sejam elas mães, avós ou cuidadoras assalariadas, podem ser mulheres negras, trans, lésbicas, imigrantes etc. Se nos perguntarmos quem são essas mulheres cuidadoras de bebês e crianças no Brasil se torna nítida a relevância dessa questão. Os marcadores sociais de sexualidade, raça, classe e idade são fatores determinantes na experiência na cidade e um urbanismo que se quer feminista precisa ser interseccional.

No que cerne às atividades de cuidado, nos Planos de Políticas para Mulheres, a disponibilidade de creches sempre foi uma demanda importante e recorrente nas Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres, evento base para a elaboração destes. No entanto, historicamente, esses Planos limitaram o cuidado com a infância à uma abordagem quantitativa, prática exígua que contempla apenas pautas imediatistas e não avança em questões estruturais da opressão de gênero (BRASIL, 2013).

No trabalho de cuidado estão ocultas uma série de outras tarefas para além da supervisão das crianças. Como cuidadoras primárias, as mulheres são responsáveis por garantir que as crianças frequentem a escola, tenham acesso a tratamento médico, lazer, higiene, abrigo, alimentação e vestimenta adequadas. Para a realização eficaz de todos estes encargos depende-se de uma série de características do espaço urbano, inclusa a própria moradia.

A mobilidade urbana, por exemplo, é um forte condicionante da qualidade de vida e quantidade de tempo gasto com o trabalho reprodutivo. De fato, está entre as maiores dificuldades na dinâmica urbana para as mulheres. Em cidades onde parcelamento e uso do solo são definidos através de um zoneamento rígido e setorizado a situação se agrava, pois elas são responsáveis por diversas atividades como fazer mercado, deixar as crianças na escola, leva-las ao hospital e se locomover para o trabalho, o que exige diversas viagens (MUXÍ MARTÍNEZ et al, 2011).

O acesso à habitação adequada se relaciona com o aumento da frequência das crianças na escola, por exemplo. Quando as crianças habitam moradias acessíveis e salubres suas famílias tendem a ter uma rotina mais estável, levando ao aumento das taxas de frequência escolar. Nesse sentido, a modificação da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, é considerada uma conquista para as mulheres, pois estabelece que o título de propriedade do imóvel adquirido através do Programa Minha Casa Minha Vida, em caso de dissolução de união estável, separação ou divórcio, será registrado em nome da mulher ou a ela transferido (BRASIL, 2009).

Apesar das conquistas, ainda é imensa a quantidade de mulheres chefes de família que lutam em organizações como o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) ou o Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN), por exemplo, e resistem contra a desapropriação de suas terras à revelia do apetite feroz da especulação imobiliária. Incontáveis mulheres nas cidades da América Latina e do mundo se unem na batalha pela regularização fundiária e proteção legal dos seus direitos de propriedade.

No campo, as trabalhadoras rurais, mulheres indígenas e quilombolas têm resistido às ameaças da expansão do agronegócio e se organizado pela reforma agrária e demarcação de terras indígenas, defendendo seu território e sua família. Elas compõem entidades como o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) e estão na dianteira pela defesa dos direitos das mulheres, da natureza e da cultura dos povos originários brasileiros. Mulheres que se colocam cotidianamente em perigo para garantir a segurança e sobrevivência de seus filhos e a manutenção da vida em territórios em conflito.

O racismo ambiental é outro grande desafio na criação de crianças saudáveis nas periferias das cidades brasileiras. Segundo o IPEA (2015), a proporção de pessoas negras vivendo em condições precárias de saneamento, sem acesso simultâneo a água, esgoto e coleta de lixo é quase o dobro do número de pessoas brancas. Uma outra expressão deste, em zona rurais, é o risco infringido por grandes empreendimentos poluidores a territórios racializados. Há alguns anos, mulheres de comunidades quilombolas do litoral do Espírito Santo denunciaram casos de racismo ambiental (DEALDINA; MELCA, 2014). É notório que injustiças sociais e ambientais recaem repetidamente sobre grupos étnicos historicamente vulneráveis.

Valdivia (2018) descreve essa cidade pautada pela esfera da produção e consumo em detrimento do cuidado e da vida como androcêntrica. Na contramão dessa cidade androcêntrica, um urbanismo feminista deve propor uma mudança no paradigma urbano a fim de dar início a construção de uma cidade cuidadora, na qual a sustentabilidade da vida seja um critério prioritário nas tomadas de decisão (VALDIVIA, 2018). Assim, adotar uma perspectiva de gênero na prática do planejamento e gestão urbana é dedicar-se a estudar novamente, analisar e registrar a realidade para desenvolver ambientes mais apropriados à vida, com atenção às diferentes demandas de classe, raça, gênero ou idade (MUXÍ MARTÍNEZ et al, 2011).

Na verdade, mais do que exigir uma falsa participação por parte de mulheres no planejamento urbano sensível a gênero ou uma movimentação institucional a favor da paridade entre homens e mulheres na gestão das cidades, é preciso semear um interesse genuíno entre as urbanistas e os urbanistas em, para além de compreender as particularidades das condições materiais das mulheres na

cidade, tentar transformá-las a partir da prática. Talíria Petrone (2019) convoca um feminismo como compromisso teórico, político e prático, assim deve ser um urbanismo feminista para os 99%.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo procurou demonstrar como se estrutura o trabalho de reprodução social a partir dos marcadores de diferença de classe, raça e gênero. Além disso, buscou evidenciar as contribuições possíveis do planejamento e gestão das cidades para a emancipação das mulheres e toda a sociedade.

A recoletivização da reprodução social e a socialização do trabalho de cuidado foram frequentemente apontadas, no decorrer da pesquisa, como única abordagem possível para superar a crise do cuidado e dar melhores condições de vida para todos no ambiente urbano (DAVIS, 2016; FEDERICI, 2019; FRASER, 2019). Assim, a ampliação da responsabilidade social pelo cuidado com as crianças configuraria não só um potencial radical para a libertação feminina como uma dívida para com as mulheres negras e da classe trabalhadora.

É importante ressaltar, no entanto, que, na perspectiva de um urbanismo feminista a socialização do cuidado pretende liberar tempo não para trabalho adicional, mas para o acesso mais amplo das mulheres à esfera pública e à privacidade (BIROLI, 2014; DAVIS, 2016; FEDERICI, 2019). À medida em que permite que mulheres tenham mais tempo e energia vital para investir em suas trajetórias individuais, fica evidente que a socialização do trabalho de cuidado é essencial não só para a sustentabilidade da vida no contexto urbano, mas para a equidade de gênero.

Em virtude da complexidade das relações sobrepostas neste tema, este trabalho não é capaz de o abarcar por completo e esgotar sua discussão, nem o pretende. Pelo contrário, tenciona sobretudo provocar cada vez mais discussões sobre a divisão sexual do trabalho de cuidado dentro do planejamento urbano e da gestão socioambiental das cidades. A pesquisa sobre os aportes que os estudos de gênero podem trazer para o planejamento e gestão do espaço urbano segue e as contribuições honestas para o debate são sempre bem vindas.

REFERÊNCIAS

AGUIRRE, Rosario. Los cuidados familiares como problema público y objeto de políticas. In: ARRIAGADA, Irma (Org.). **Familia y políticas públicas en América Latina**: una historia de desencuentros. Santiago de Chile: Cepal, 2007. pp. 187-198.

ARRUZZA, Cinzia. Funcionalista, determinista e reducionista: o feminismo da reprodução social e seus críticos. In: **Cadernos Cemarx**, n.10, 2017. Tradução: Murillo van der Laan. Revisão: Mariana Shinohara Roncato e Rafael Dias Toitio.

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para 99%**: um manifesto. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.



BHATTACHARYA, Tithi. **O que é a teoria da reprodução social.** Disponível em: <<https://esquerdaonline.com.br/2019/03/08/tithi-bhattacharya-o-que-e-a-teoria-da-reproducao-social/>>. Acesso em: 06 out 2019.

BIROLI, Flávia. O público e o privado. In: BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luís Felipe. **Feminismo e política: uma introdução.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

BRASIL. **Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009.** Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas e dá outras providências. Brasília, 7 jul. 2009.

_____. **Decreto nº 8.381, de 29 de dezembro de 2014.** Regulamenta a Lei nº 12.382, de 25 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre o valor do salário mínimo e a sua política de valorização de longo prazo. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/decreto/d8381.htm>. Acesso em: 31 ago. 2019.

_____. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Plano nacional de políticas para as mulheres.** Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013. 114 p.

CEPAL. OIG. **Indicadores: tempo total de trabalho.** [S.I.], 2019. Disponível em: <<https://oig.cepal.org/pt/indicadores/tempo-total-trabalho>>. Acesso em: 14 jun. 2019.

COX, Nicole; FEDERICI, Silvia. Teorizando e politizando o trabalho doméstico: Contraplanejamentos da cozinha (1975). In: FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista.** Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: editora Elefante, 2019. pp.62-86.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva.** Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: editora Elefante, 2017.

_____. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista.** Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: editora Elefante, 2019.

FRASER, Nancy. **Um feminismo que visa libertar todas as mulheres deve ser anticapitalista: uma entrevista com Nancy Fraser.** 23 nov. 2019. Tradução: Matheus Alexandre. Disponível em: <<https://jacobin.com.br/2019/11/um-feminismo-que-visa-libertar-todas-as-mulheres-deve-ser-anticapitalista/>>. Acesso em: 15 jan. 2020

DEALDINA, Selma; MELCA, Fabíola. **Mulheres quilombolas do ES denunciam sofrer racismo ambiental.** 2014. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/mulheres-quilombolas-es-denunciam-sofrer-racismo-ambiental/>>. Acesso em: 13 jan 2020.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Retrato das desigualdades de gênero e raça: indicadores chefia de família.** 2015. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores_chefia_familia.html>. Acesso em: 29 out 2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil.** Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2018. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101551>>. Acesso em: 20 ago. 2019.

MARCONDES, Mariana Mazzini. A divisão sexual dos cuidados: do welfare state ao neoliberalismo. In: **Argumentum**, Vitória, v. 4, n.1, pp. 91-106, jan./jun. 2012.

MURILLO, Soledad. **El mito de la vida privada.** Madrid: Siglo XXI, 1996. 160p.

MUXÍ MARTÍNEZ, Zaida; CASANOVAS, Roser; CIOCOLETTO, Adriana; FONSECA, Marta; VALDIVIA, Blanca Gutiérrez. Qué aporta la perspectiva de género al urbanismo. In: **Feminismo/s**, Alicante, n.17, pp. 105-129, jun. 2011.

PETRONE, Talíria. Prefácio. In: ARRUIZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para 99%: um manifesto.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

SANTORO, Paula Freire. Gênero e planejamento territorial: uma aproximação. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 16, 2008, Caxambu. **Anais** [...]. Caxambu: [s. n.], 2008. Disponível em: <<http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/3378/3237>>. Acesso em: 14 ago. 2019.

VALDIVIA, Blanca. Del urbanismo androcéntrico a la ciudad cuidadora. **Hábitat y Sociedad**, Sevilla, n. 11. pp. 65-84, nov. 2018. Disponível em: <<http://institucional.us.es/revistas/habitat/11/Hys11-mon04.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2019.

VIRREIRA, Sonia Montaña. Las políticas de cuidado en América Latina. In: DURÁN, María Ángeles. **El trabajo del cuidado en América Latina y España**. 1. ed. Madrid: Fundación Carolina - CeALCI, 2011. ISBN 1885-866-X.
